

O amor da língua



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

JOSÉ TADEU JORGE

Coordenador Geral da Universidade

ÁLVARO PENTEADO CRÓSTA



Conselho Editorial

Presidente

EDUARDO GUIMARÃES

ELINTON ADAMI CHAIM – ESDRAS RODRIGUES SILVA

GUITA GRIN DEBERT – JULIO CESAR HADLER NETO

LUIZ FRANCISCO DIAS – MARCO AURÉLIO CREMASCO

RICARDO ANTUNES – SEDI HIRANO

Coleção Psicanálise e seus Litorais: Arte, Ciência e Filosofia

Comissão Editorial

ANA MARIA MEDEIROS DA COSTA – ANGELA MARIA RESENDE VORCARO

CLÁUDIA THEREZA GUIMARÃES DE LEMOS – JOSÉ ANTONIO ROCHA GONTIJO

NINA VIRGÍNIA DE ARAÚJO LEITE (coordenadora)

Jean-Claude Milner

O AMOR DA LÍNGUA

Tradução e notas

Paulo Sérgio de Souza Jr.

Revisão técnica

Cláudia Thereza Guimarães de Lemos

Maria Rita Salzano Moraes

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Em vigor no Brasil a partir de 2009.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Milner, Jean-Claude
M636a O amor da língua / Jean-Claude Milner; tradução e notas: Paulo Sérgio de Souza Júnior; revisão técnica: Cláudia Thereza Guimarães de Lemos e Maria Rita Salzano Moraes. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

1. Linguística. 2. Linguagem. 3. Psicanálise. 4. Ciência – Filosofia. I. Souza Júnior, Paulo Sérgio. II. Título.

CDD 410
400
150.195
501

ISBN 978-85-268-0980-2

Índices para catálogo sistemático:

| | |
|------------------------|---------|
| 1. Linguística | 410 |
| 2. Linguagem | 400 |
| 3. Psicanálise | 150.195 |
| 4. Ciência – Filosofia | 501 |

Título original: *L'amour de la langue*
Copyright © Éditions du Seuil, Paris

Copyright © by Jean-Claude Milner
Copyright © 2012 by Editora da Unicamp

1ª reimpressão, 2016

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.

É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.



Cet ouvrage, publié dans le cadre du Programme d'Aide à la Publication 2012 Carlos Drummond de Andrade de la Médiathèque de la Maison de France, bénéficie du soutien du Ministère français des Affaires Etrangères et Européennes.

Este livro, publicado no âmbito do Programa de Apoio à Publicação 2012 Carlos Drummond de Andrade da Mediateca da Maison de France, contou com o apoio do Ministério francês das Relações Exteriores e Europeias.

Printed in Brazil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp

Rua Caio Graco Prado, 50 – Campus Unicamp

CEP 13083-892 – Campinas – SP – Brasil

Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728

www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| PREFÁCIO..... | 7 |
| 1 PRÓLOGO..... | 15 |
| 2 PRODUÇÃO DA LÍNGUA..... | 25 |
| 3 LINGUÍSTICA SUTIL E ESMORECENTE..... | 39 |
| 4 LINGUÍSTICA UNA E INDIVISÍVEL..... | 49 |
| 5 DESVIO PELAS CHICANAS DO TODO..... | 69 |
| 6 UM LINGUISTA DESEJANTE..... | 83 |
| 7 DA LÍNGUA..... | 95 |
| 8 DO LINGUISTA..... | 109 |
| 9 REMATE..... | 119 |

PREFÁCIO

O campo freudiano é coextensivo ao campo da palavra. Mas, uma vez que ela se choca incessantemente com o fato de que não se diga tudo, a própria palavra não vai em todos os sentidos.

Isso porque há um impossível próprio da língua que sempre retorna ao seu lugar e pelo qual há quem chegue — aqueles chamados “puristas” — a morrer de amores: os “diga isso, não aquilo”, a regra, o uso predominante. Dito de outro modo, um *real* — e o ser falante tem de se arranjar com ele. Mas o que haveria de surpreendente na tentativa de, no sentido próprio do termo, domesticar esse real através dessa arte de amar chamada gramática e dessa ciência chamada linguística?

O limite entre a arte e a ciência subsiste em um axioma que a primeira renega e sobre o qual a segunda se sustenta: o real da língua é da ordem do calculável. Mas ao próprio axioma não se chega sem rodeios. Deve-se:

1) constituir a língua como um real: fazê-la causa de si, descartando toda causa que não seja de sua ordem, fazendo-a causa apenas de sua própria ordem. É o que se chama de arbitrário do signo — que dita apenas que o signo não deve ter outro mestre a não ser ele mesmo, e que só deve ser mestre de si mesmo.

2) constituir a língua como um real representável para o cálculo, como um real que possa ser substituído pelas letrinhas de uma formalização. Para

isso servem o conceito de signo e o princípio de distintividade: cada segmento da língua — palavra, frase, som, sentido —, entendido como signo, é representado de maneira unívoca e analisável: identidade por identidade, diferença por diferença.

3) considerar do ser falante, de modo geral, apenas aquilo que faz com que ele seja base de cálculo; pensá-lo como ponto sem divisão nem extensão, sem passado nem futuro, sem consciência e sem inconsciente, sem corpo — e sem outro desejo que não seja o de enunciar. Trata-se da figura do anjo que, em todas as épocas, cinge aquilo que sucede a um sujeito, quando dele retemos apenas a dimensão da pura enunciação.

4) considerar da multiplicidade dos seres falantes apenas aquilo que é necessário à constituição de um real calculável como língua, ou seja, dois pontos: um de emissão, outro de recepção. Pontos simétricos dotados das mesmas propriedades, e, portanto, indiscerníveis — a não ser por sua dualidade numérica. É o que o conceito de comunicação efetua.

Assim, cálculo por cálculo, vai se construir a rede do real, tendo como único princípio de investigação o impossível — leia-se, aqui, o agramatical. O surpreendente é que isso seja exequível.

A psicanálise dispõe, aí, de uma única intervenção válida: enunciar que, em matéria de língua, a ciência possa faltar. E isso a ciência sequer poderá contestar, uma vez que não acontece com a linguística o mesmo que acontece com a lógica: o real em que aquela se sustenta não é um real suturado, mas, sim, percorrido por falhas — e da própria ciência elas se deixam perceber.

Essas linhas de falhas se entrecruzam e se sobrepõem. O cálculo as demarca como algo a ele irredutível, mas aquilo que elas configuram não se trata de uma outra rede, com a qual se poderia construir uma ciência nova, inaudita — quimera das gramatologias. A natureza e a lógica dessas linhas, porém, são inteligíveis a partir do discurso freudiano: em *lalíngua*, doravante concebida como não representável para o cálculo — isto é, como cristal —, elas são os recantos em que cintila o desejo e nos quais o gozo se deposita.

Foi assim que, no ano de 1974, anunciei uma série de conferências que pretendia ministrar no Departamento de Psicanálise de

Vincennes. Ocupava-me na época a redação, para fins universitários, de um trabalho de estrita sintaxe — surpreso, sem dúvida, por me ver conduzido a esse extremo; e surpreso ainda, entretanto, com o fato de que não me entediava mais do que de costume. Mas também me ocorria, de quando em vez, a seguinte desconfiança: será mesmo que a linguística me interessa?

No que diz respeito à gramática, eu sabia; afinal, havia podido constantemente observar o quanto, entediado com os trabalhos que exigem originalidade e invenção, eu me entregava a prozações de pura língua: traduções ou comentários filológicos. Mas nada disso remetia à linguística, que há muito eu havia adotado como apenas um sucedâneo, imposto pela dura modernidade, dessa gramática desde então caída em descrédito. Ora, ali estava eu, exigindo de mim mesmo que me envolvesse com a ciência que me qualificava no mundo; isso ia contra as expectativas e merecia que me interrogasse.

Sem dúvida eu teria podido sustentar que a única coisa que me movia nessa empreitada era um zelo epistemológico: se, afinal, a linguística é uma ciência, não é oportuno que, no momento em que um praticante se devotar ao detalhe, ele faça retorno aos fundamentos e se atenha ao fato de expô-los na linguagem conceitual conveniente? Mas eu bem sabia que isso teria sido distorcer os fatos. Por um lado, porque eu sequer acreditava na epistemologia: se Koyré e Lacan têm razão, e a ciência, desde Galileu, é apenas um campo característico para a observação, em função da combinação de dois caracteres — constituição de uma escrita matematizável e validação de toda técnica eficaz —, então a questão epistemológica fundamental “tal conjunto de proposições é *uma* ciência?” revela-se não tendo como ser mais frívola; basta estabelecer se essas proposições pertencem ao campo *da* ciência, isto é, se apresentam as características requeridas. Sem dúvida, e não faz muito tempo, alguns epistemólogos trataram de se valer de uma urgência política. Isso porque, se é preciso que o marxismo seja ciência, vemos justamente que a ciência não teria como ser definida moderna-

mente: onde está a escrita do marxismo, onde está a técnica que ele validaria? É preciso, então, recorrer aos critérios clássicos, ligeiramente adaptados de Aristóteles: boa definição do domínio, do objeto, dos conceitos, dos axiomas — resumindo, o ferramental ordinário. Mas a urgência política já vinha perdendo seu peso há algum tempo: ainda que o marxismo encerrasse uma verdade qualquer, por que é que ele deveria ser ciência? Não havia nisso algum preconceito? O preconceito moderno por excelência, de fato: o de que o lugar de toda validade só pode ser a ciência? Quanto a saber se o marxismo atinge efetivamente alguma verdade, deixemos isso de lado. Não havia mais nenhum impedimento, então, para a recondução de todas as questões epistemológicas à sua forma simples. Ora, é particularmente fácil para a linguística, hoje — digamos, depois de Chomsky —, estabelecer sua pertinência ao campo das escritas galileanas; o que não tem grandes consequências, aliás, a não ser estabelecer a relação exata que ela mantém com a gramática.

Supondo, no entanto, que eu tenha atribuído alguma importância à epistemologia, o fato é que ela não era, de modo algum, aquilo que me absorvia no momento. Eu vinha, com efeito, sendo requisitado pelas circunstâncias a chegar ao lugar exato em que algo da língua — apresentando-se como regra cientificamente enunciável — me interessava. Também a respeito desse ponto eu tivera antigamente uma resposta pronta. Convencido de que os animais intelectuais, como os da selva de Kipling*, deixam-se guiar por uma palavra-mestra — que basta articular e pela qual toda e

* Rudyard Kipling (1865-1936), escritor e poeta de origem indiana premiado com o Nobel de literatura em 1907, é o autor dos *The jungle books* (Os livros da selva), 1894-1895 — uma coletânea de histórias infantis ambientadas na Índia, publicada em dois volumes, e que versa sobre o universo de um garoto, Mogli, criado por uma família de lobos em meio a outros animais selvagens, com os quais interage. (N. do T.)

qualquer proposição se encontra medida —, imaginei que em épocas distintas essa palavra fosse emitida de diferentes pontos: a teologia, sem dúvida alguma, mas sua época havia passado; a filosofia, pelo contrário, estava então — por volta de 1960 — em pleno esplendor, mas meu parco gosto pelas ideias originais afastava-me de uma disciplina dominada por elas. Restava a gramática: afinal, de um certo ponto de vista, é verdade que ela tem jurisdição universal sobre toda proposição. Bastava, então, valer-se desse ponto de vista para deter as insígnias de uma monarquia absoluta sobre os discursos. Assim, ao me deparar com a estrutura de uma disputa medieval* — interceptando-a, todavia, por meio da resignação —, eu procurara do lado da gramática aquilo que a filosofia parecia furtar-me. Sem dúvida encontrei posteriormente outros recursos na epistemologia, que, por definição, convoca toda proposição e afere suas medidas com as palavras-mestras “ciência” ou “teoria”; ou ainda na política, em que, na França, o típico é imputar-se poder universal de validação e de invalidação. Mesmo assim, no entanto, a gramática — ainda que fosse sob sua forma modernizada em ciência — permanecia sendo uma possibilidade menor,

* Conforme Nicola Abbagnano nos apresenta em seu *Dicionário de filosofia* (Martins Fontes, 2007, p. 981), a expressão designa a disputa sobre o *status* ontológico dos universais. Ela tem seu princípio no século XI, com a Escolástica, e caracterizará toda a filosofia medieval — não sem se estender, *mutatis mutandis*, à filosofia moderna. Essa disputa fora motivada por um trecho da *Isagoge* (Introdução) de Porfírio às *Categorias* de Aristóteles. Segundo Porfírio: “dos gêneros e das espécies não direi aqui se subsistem ou se são apenas postos no intelecto, nem — caso subsistam — se são corpóreos ou incorpóreos, se separados das coisas sensíveis ou situados nas coisas, expressando seus caracteres comuns” (*Isagoge*, Prefácio). As duas soluções típicas e iniciais do problema são o realismo e o nominalismo: para o primeiro — representado pela tradição lógica platônico-aristotélica —, o universal é, além de *conceptus mentis*, a essência necessária ou substância das coisas; para o segundo — representado pela tradição estoica —, o universal é um signo das coisas. (N. do T.)

porém garantida, na medida em que imperava a crença de que a linguística houvesse cumprido o destino de todas as ciências do homem.

Mas em 1974 eu não acreditava em mais nada daquilo. Não apenas a filosofia e a política foram para o espaço, mas, radicalmente, o real havia passado: não há palavra-mestra — porque há um Mestre; porque há uma infinidade de palavras [*mots*], todas e nenhuma, ao sabor da sorte, podendo servir ao discurso desse mestre; porque, afinal, não há universalidade dos discursos. Entretanto, a linguística resistia; e não é só isso: resistia em si mesma, e não mais como avatar recente da gramática. De onde é que, uma vez mais, vinham essa resistência e essa determinação inesperada de um desejo?

Havia somente uma saída: tentar estabelecer se acaso faz algum sentido falar de um desejo do linguista enquanto tal, e então tentar nomeá-lo. Isto é, articular as vias através das quais um ser falante pode se inscrever como suporte de uma ciência cujo terreno é aquilo que faz com que haja ser falante, e que tem como objeto alguma região desse terreno. Forma de autoanálise selvagem, talvez, mas não obstante garantida pelos significantes da orientação laciana, que interdita que aí se profira qualquer coisa. Desses significantes eu fui me valendo para questionar a ciência na qual estava descobrindo que era precisamente como sujeito que eu me inscrevia. Quem sabe aí esteja o que alguns chamariam de epistemologia laciana; e isso de modo assaz impróprio, uma vez que apenas importa, no caso, o modo de enodamento entre um desejo e algumas locuções — as quais, eventualmente, podem ser apreciadas na ordem da ciência.

As conferências que eu havia divulgado sucederam no decorrer do primeiro semestre de 1974-1975, e, como era de esperar, não deixaram de ter efeito sobre aquele que as proferiu; a tal ponto que, certo dia, ao reler o anúncio que eu redigira, pareceu-me ser possível e desejável uma maior precisão. Não julguei oportuno deixar de testemunhar isso de alguma maneira. Por fim, sem ceder a ne-

nhuma instância que não a minha, transcrevi minhas conferências e submeti à revista *Ornicar*, que consentiu em publicá-las; semi-publicação, na realidade — reserva que convinha ao teor provocativo do meu projeto. Em seguida, o testemunho de algumas pessoas (tradutores ou poetas, que por si sós se reconhecem interessados pela língua), não menos, aliás, que o silêncio incomodado de alguns aturdidos, certificou que eu havia, ainda que obscuramente, atingido alguma verdade. Daí veio a vontade de publicar mais, talvez aguçada por uma insidiosa necessidade de fazer com que ela me fosse mais inofensiva.

Sabe-se, contudo, que não é sem empecilhos que se verte para uma forma mais patente aquilo que fora clandestinado: eu não queria e nem podia retomar o texto da *Ornicar* sem nenhuma modificação, mas, por outro lado, ele não deixava de existir — e havia uma nuvem de malversação que o diluía, ao injetar complementos retardatários aqui e acolá. Além disso, fui tocado por algumas observações de Deleuze e Guattari, em seu “Rizoma”*. Afinal, do que é que precisávamos, de fato: de livros arborescentes ou lineares? Preferi, então, conformar-me com as rebarbas e com o heterogêneo; conservar o texto da *Ornicar* mediante algumas revisões de detalhe, mas nele implantar um desvio tríplice: recobrando, antecipando, deslocando o que pertence ao texto — ora corrigindo, ora confirmando por outras vias. Numa só palavra, um pouco de agitação; mas não muita, pois temos os nossos tabus.

* Cf. G. Deleuze e F. Guattari, *Mil platôs*. Introdução: “Rizoma”. Trad. A. Guerra e C. P. Costa; vol. I. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1995. (N. do T.)

PRÓLOGO

Apresenta-se a nós um conjunto de realidades que se chamam *línguas*. De fato, sequer hesitamos em lhes atribuir esse nome — a todas e a cada uma delas —, como se sempre dispuséssemos de uma regra que nos permitisse, dada uma certa realidade, determinar se ela pertence ou não ao conjunto. Isso supõe, inarredavelmente, a existência de algumas propriedades definitórias, compartilhadas por todos os elementos dignos de receberem o nome de *língua* e representadas exclusivamente por eles. Que por abstração se confira a essas propriedades um ser autônomo, e obtém-se aquilo que se chama *linguagem*: em si, nada mais que um ponto a partir do qual as línguas podem ser reunidas num todo — mas um ponto ao qual se conferiu extensão, ao se lhe atribuírem propriedades enunciáveis.

Mas esse momento, o da linguagem, não faz mais que tematizar uma operação anterior, pois dizer *as línguas* talvez já seja, minimamente, concebê-las como próprias a serem reunidas. Então, em se tratando da ancoragem das línguas na linguagem, uma proposição deve ser restituída: “as línguas formam uma classe consis-

tente” — logo, uma classe cujos elementos podem ser pensados *todos juntos* sem contradição¹.

Isso é o que dizem as nossas palavras, mas aquilo que percebemos é justamente o contrário; afinal, quem não se dá conta de que a classe das línguas pode ser dita inconsistente, tendo em vista que, entre os seus elementos, há sempre um que não pode ser admitido sem se revelar incomensurável com todos os outros? Essa língua, que chamam habitualmente de materna, pode ser sempre considerada por um lado que a impede de ser contada junto a outras, de se acrescentar a elas, de ser comparada com elas. Ora, uma vez estabelecido isso, o que impede abordar todas as línguas desse ângulo e considerá-las como radicalmente impróprias a se totalizarem, fazendo com que aquilo que avaliza a sua semelhança se torne justamente o que afiança a sua incomensurabilidade?

Ao dizer *as línguas*, todavia, ainda dizemos algo mais: certamente estamos fazendo a suposição de que elas são várias e estão reunidas, mas também de que é sempre possível diferenciá-las entre si. Pois esse plural é, na verdade, uma coleção de singulares ao mesmíssimo tempo iguais e discerníveis. Dito de outro modo, sustentamos que há sempre sentido em dizer “*uma* língua” — de tal modo que sempre se possa, para um segmento qualquer, determinar se ele pertence ou não a ela. Mas isso é muito pouco provável: mesmo presumindo que sempre saibamos determinar se um segmento de realidade é ou não língua, isso não significa que sempre se possa atribuí-lo a uma determinada língua mais do que a outra. Paralelamente aos casos habituais, em que a distinção é trivial, há também aqueles em que identidade e diferença se embaralham: o que dizer dos tipos diversos de sintaxe que um mesmo sujeito, con-

1 Cf. J.-A. Miller, “Théorie de lalangue”, *Ornicar*, n° 1, pp. 27-8 [“Teoria d’alíngua (rudimento)”, in *Matemas I*. Trad. S. Laia. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996, pp. 65-6. As referências a esse livro serão baseadas nessa edição.]. A fonte é a carta de Cantor a Dedekind, datada de 28 de julho de 1899, in *Abhandlungen mathematischen u. philosophischen Inhalts*. Hildesheim, Olms Verlag, 1966, pp. 443-4.

forme o seu humor ou as circunstâncias, poderá ocasionalmente adotar? O que dizer de dois sujeitos convencidos de falarem a mesma língua e de cujos julgamentos de gramaticalidade, entretanto, podemos testemunhar constante divergência? O que dizer dos dialetos, dos “níveis de língua”?

Ainda que às vezes se possa determinar se duas línguas são ou não são idênticas, isso não chega perto de se poder asseverar sempre que toda locução — e que, por isso, toda língua, enquanto conjunto de locuções — é idêntica a si mesma. Existem, sem dúvida, precauções elementares que permitem contornar as dificuldades imediatas: assim, é preciso pelo menos evitar que qualquer episódio circunstancial, por menor que ele seja, possa ofuscar o fulgor do idêntico. Aceitemos, então, chamar de *a língua* esse núcleo que, em cada uma das línguas, sustenta suas unicidade e distintividade. Ela não poderá ser concebida do lado da substância — indefinidamente sobrecarregada de acidentes diversos —, e sim como uma forma — invariante através de suas atualizações —, visto que se define em termos de relações². Reconhece-se aqui a cisão da língua com a fala, cuja mecânica vale, abertamente ou não, para todas as versões correntes da linguística. Logo, a operação é possível, mas não deixa de levantar suspeitas; e isso quando observamos que também é sempre possível — sem se esquivar da experiência imediata — fazer valer em toda locução uma dimensão do não idêntico. Trata-se do equívoco e de tudo o que lhe diz respeito: homofonia, homossemia, homografia — enfim, de tudo aquilo que sustenta o duplo sentido e o dizer em meias-palavras, incessante tecido de nossas interlocuções.

Vê-se justamente que uma locução, quando trabalhada pelo equívoco, é ao mesmo tempo ela mesma e uma outra. Sua unicidade se refrata seguindo séries indiscriminadas, visto que todas elas,

2 Pouco importa se essas relações são as que Saussure — e, depois dele, o estruturalismo — descreveu como paradigmáticas e sintagmáticas, ou se elas se escrevem como regras de natureza diversa.

assim que nomeadas — significação, sonoridade, escrita, etimologia, sintaxe, trocadilho... —, refratam-se indefinidamente uma após a outra. O que temos aí não é a árvore que faz o cálculo desse múltiplo, mas o cristal do aleph com o qual Borges talvez metaforize o lugar não idêntico no qual todo ser falante, enquanto tal, se inscreve*. Reciprocamente é possível reconhecer na célebre asserção de Saussure — de que “a língua é uma forma, e não uma substância”** — a fórmula que resguarda o idêntico, cabendo à substância da língua revelar, afinal, o que ela é: o não idêntico a si.

Sem dúvida, pode-se ir ao encaço do equívoco através de procedimentos determinados: se é pelo som que ele se constitui, recorrer ao sentido; se é pelo sentido, recorrer ao som; se é pela escrita etc. Numa só palavra, apoiar-se no fato de que *há estratos*. Vai-se admitir, portanto, que os fonemas articulam as palavras e as distinguem; que as palavras articulam os grupos; e os grupos, as frases. Através dessa operação se introduzem tipos e ordens de uma maneira tão semelhante ao método russelliano, que se poderia acreditar que ele não passa de uma simples repetição daquilo que as gramáticas sempre souberam: da mesma forma que os paradoxos consistem apenas em confundir os tipos***, também o equívoco se fundamenta num espectro [*fantôme*] que brota da conjunção in-

* Cf. J. L. Borges [1949], “El aleph”, in *El aleph*. Buenos Aires, Emecé, 1972. (*O aleph*. Trad. Flávio José Cardoso. Rio de Janeiro, Globo, 2001). (N. do T.)

** Cf. F. de Saussure, *Curso de linguística geral*, 4ª ed. Trad. A. Chelini, J. P. Paes, I. Blikstein. São Paulo, Cultrix, 1972, p. 131. (N. do T.)

*** “Para garantir a teoria de conjuntos e, simultaneamente, evitar os paradoxos, Bertrand Russell propõe, em 1903, o que ele chama de ‘Doutrina de Tipos’, que vai gerar a Teoria Simples de Tipos Lógicos e a Teoria Ramificada de Tipos Lógicos [...]. O método empregado hoje para evitar os paradoxos semânticos é a chamada ‘Doutrina dos Níveis de Linguagem’, desenvolvida por Tarski nos anos 1950, e que consiste na especificação de uma hierarquia de níveis de linguagem: linguagem, metalinguagem, metametalinguagem etc. O casal Kneale [...] propõe que essa necessidade de distinguir entre vários níveis de linguagem pode ser derivada da Teoria Simples dos Tipos Lógicos,

devida de vários estratos — ele explode em univocidades combinadas. Mas suponhamos, em contrapartida, que estamos no nível da experiência: na locução — seja ao falar, escrever, ouvir ou ler —, é por abstração que se distinguem os estratos. Nada reivindica essa diferença que faz com que *Paris* seja simultaneamente um grupo nominal, um nome, uma série de fonemas — que, por sua vez, pode ser entendida como menção ou como uso —, a não ser a demanda de que a língua não seja equívoca: esfera imaginária em que aquilo que permite satisfazer a demanda não tem outro alicerce além da própria demanda.

Mas o real do equívoco resiste: a língua não cessa de ser desestratificada por ele.

Tanto que, tendo em vista a própria língua, não faltam pontos em que a estratificação se suspende. O inventário, apesar de incompleto, não é desconhecido: pronomes pessoais, performativos, insultos, exclamações — todos elementos cuja definição, em menção, implica circularmente o uso do *definiendum**; cujo sentido só se explica inteiramente por um recurso ao proferimento do próprio som. Sabe-se, afinal, que *eu* designa aquele que diz “eu”; que *jurar* é dizer “eu juro” etc. Isso, sem dúvida, não afeta a possibilidade de uma referência regular: para que a língua se edifique, basta que, através de uma nomeação adequada, esses elementos que exorbitam do ordinário encontrem-se fixados em posição de limite. Mas até isso não se realiza sem perda: é preciso que, a partir daí, se admita a presença de singularidades heterogêneas no éter da língua.

o que nos devolveria ao trabalho inicial de Russell” (B. Neto. *Lógica*: breve introdução à lógica; texto inédito, disponível em <<http://people.ufpr.br/~borges/diversos/publicacoes.html>>). (N. do T.)

* Na operação de definição, o que está em jogo é especificar a natureza de algo. Aquilo que queremos definir chama-se *definiendum*; e *definiens*, por sua vez, é o nome atribuído àquilo que o define. Por exemplo, podemos definir o *definiendum* “prata” através do *definiens* “o elemento cujo símbolo na tabela periódica é Ag”. (N. do T.)

Mas a língua só se concebe claramente na isotopia absoluta: de qualquer ponto que se a considere, ela deveria oferecer uma mesma fisionomia. No entanto, isso é o que os dados mais simples não confirmam: na série de lugares homogêneos sempre despontam algumas singularidades.

Uma língua, como objeto possível de uma proposição capaz de ser válida para todos, e mais ainda da menor escrita científica, exige ser sempre distinguível do que não é uma língua, sempre distinguível de uma outra língua, sempre idêntica a si mesma, sempre inscritível na esfera da univocidade e sempre isótopa. Numa só palavra, ela deve ser *Uma*. Ora, é evidente que essas condições irredutíveis só são satisfeitas caso se descartem determinadas proposições:

— as línguas, por serem incomensuráveis, não formam uma classe consistente;

— uma língua não é idêntica a si mesma;

— uma língua é uma substância;

— uma língua pode cessar de ser estratificada;

— uma língua não é isótopa.

Mas, como vimos, não há nada na experiência que faça com que alguma dessas proposições seja impossível de ser sustentada. É por uma decisão de princípio que elas são descartadas, e esse princípio se reduz à pura e simples demanda de que um determinado tipo de proposição universalizável possa ser proferido sobre toda língua.

Há mais a dizer, uma vez que essas cinco proposições descartadas não deixam de configurar, quando tomadas em conjunto, um determinado lugar de língua: algo real, que insiste em cada uma e que nem linguística, nem gramática creem renegar. Esse elemento impassível é da ordem das línguas, muito precisamente; e, além do mais, não se furta inteiramente aos sentidos, visto que é por meio da própria experiência que o encontro com ele pode ser descrito — tanto que, para mantê-lo apartado, só procedendo por